

**APONTAMENTOS SOBRE AS  
PRINCIPAIS VERTENTES TEÓRICAS  
QUE ANALISAM AS  
TRANSFORMAÇÕES ATUAIS DO  
SISTEMA CAPITALISTA DE  
PRODUÇÃO\***

**Synthio Vieira de Almeida**  
Mestre em Sociologia  
Professor no CEFET-Campos  
Professor na Faculdade de Filosofia de Campos

*É muito fecundo e ao mesmo tempo controverso o debate acerca das transformações que se processam no mundo capitalista atual. Em comum, as análises admitem as intensas mudanças relativas ao comportamento das forças produtivas capitalistas. Divergências no campo teórico-metodológico estabelecem as fronteiras entre Neo-schumpeterianos, que analisam as transformações em curso sob a ótica do determinismo tecnológico; a vertente Neo-smithiana, que tem por fundamento explicativo das mudanças a supremacia do mercado; a vertente culturalista, fundamentada na idéia de que a cultura determina os padrões de uso da tecnologia, organização do trabalho e estratégia de gerenciamento e a vertente Neo-marxista, também conhecida como Teoria Francesa da Regulação (Silva, 1991; Silva, 2001; Toledo, 2000). Desta forma, este artigo pretende ser uma breve síntese das correntes teóricas elencadas acima.*

*Indústria, reestruturação, toyotismo*

**VERTENTE NEO-SCHUMPETERIANA**

A corrente teórica *Neo-schumpeteriana* procura estabelecer uma relação direta entre tecnologia e trabalho. Defende a idéia de que o processo de invenção, introdução e difusão de novas tecnologias estabelece, por consequência direta, novas relações de trabalho. Este entendimento da

dinâmica das transformações das relações de produção a partir das inovações tecnológicas ressalta-se desde os estudos realizados por Woodward (1958 e 1965) e Crozier (1964 e 1973)<sup>1</sup>.

De acordo com Silva (1991), Woodward e Crozier concluíram que a difusão tecnológica levaria a uma convergência no desenvolvimento industrial entre as nações. Suas conclusões basearam-se em estudos de casos, em escalas diferenciadas, procurando demonstrar que a utilização de bases tecnológicas semelhantes engendraria relações de produção também semelhantes. Com essa conclusão, poderiam ser formuladas leis universais de funcionamento e estruturas organizacionais a partir do padrão tecnológico utilizado pelas empresas. Nesta linha de raciocínio, [...] *uma única forma de organização era mais apropriada para os requerimentos tecnológicos de cada estágio de desenvolvimento econômico* (Silva, 1991, p.15).

Seguindo esta linha de análise, nos anos 80, Christopher Freeman e Carlota Perez, intelectuais ligados à Sussex University no Reino Unido, também identificam as fases do capitalismo em termos de seu conteúdo tecnológico. Defendem que a história do capitalismo associa-se fundamentalmente à história das revoluções tecnológicas. Cada *Ciclo de Kondratieff*<sup>2</sup> (referência aos longos ciclos de desenvolvimento capitalista), representaria um processo de destruição e mudanças de longo prazo na base tecnológica da economia. Reafirma-se nos estudos de Freeman e Perez a idéia de que a tecnologia e equipamentos específicos estariam relacionados a uma forma específica de organização do trabalho. As revoluções tecnológicas engendrariam inovações radicais, as quais introduziriam uma nova gama de princípios na produção capitalista estabelecendo novos paradigmas técnico-econômicos. Essa corrente, embora não despreze a influência de fatores sócio-institucionais na configuração de um novo paradigma produtivo<sup>3</sup>, subjugam-os ao conjunto técnico-econômico. O marco diferencial entre os Neo-schumpeterianos e os *regulacionistas* da Escola Francesa está na ênfase dada pelos primeiros ao fator tecnologia como determinante para o entendimento do desenvolvimento, crise e reestruturação da produção no sistema capitalista.

Segundo os autores Neo-schumpeterianos, a época atual tem, como fator chave do processo de transformação paradigmática, a tecnologia da informação; e o elemento fundamental desse processo de transformação é a micro-eletrônica (Silva, 2001; Toledo, 2000).

## VERTENTE NEO-SMITHIANA: A ESPECIALIZAÇÃO FLEXÍVEL

A vertente de base *Neo-smithiana*, originada a partir das análises de Piore e Sabel (1984), fundamenta-se numa releitura da economia política clássica, particularmente em Adam Smith. A *Teoria da Especialização Flexível*, concebida em suas análises, tem como pressuposto a idéia de que o desenvolvimento das forças produtivas enquadrar-se-ia basicamente na argumentação de que:

- a) a produtividade é uma função crescente da divisão do mercado de trabalho;
- b) a divisão do trabalho é limitada pela extensão do mercado.

Segundo Piore e Sabel, o capitalismo moderno do final do século XX, em função do esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial sob o qual se assenta a produção em série, é acometido por sucessivas crises. Nos anos 70, observou-se uma crise geral de regulação do sistema capitalista que, por sua vez, teria provocado uma “*Segunda Ruptura Industrial*”. Diferentemente da Escola Francesa da Regulação, os autores da Especialização Flexível acreditam que o sistema econômico em seu conjunto pode auto-regular-se, tendo o Estado um papel secundário enquanto agente equilibrador.

De acordo com os teóricos da Especialização Flexível, a atitude a ser tomada diante da crise passa pelo estabelecimento de um macroprograma de reestruturação social que possa modificar o tipo de controle de mercado de trabalho exercido pelos sindicatos. Esses teóricos propõem a alteração dos instrumentos de controle macroeconômicos desenvolvidos pelo Estado de Bem-Estar Social e a modificação das regras do sistema monetário internacional estabelecido após a Segunda Guerra Mundial.

Duas alternativas à crise de regulação são analisadas por Silva (2001). A primeira alternativa, conhecida por *Keynesianismo Internacional*, propõe:

[...] o reforço do modelo de base produtiva fundamentada na produção seriada regulada por condições especiais tais como: o crescimento da demanda internacional; uma maior estabilidade do ambiente empresarial, e uma redistribuição da capacidade

**b) Citações:** As citações devem obedecer a NBR 10520 da ABNT de setembro de 2002. Podem ser ou por sistema autor-data ou por sistema numérico.

*Exemplos do sistema autor-data:*

Segundo Moraes (1995, p. 27) “a presença de bauxita no Rio Cricon ...”.

Percebe-se que a presença de bauxita no Rio Cricon ...(MORAIS, 1995, p. 27).

*Exemplos do sistema numérico:*

Diz Rui Barbosa: “Tudo é viver, previvendo.”<sup>15</sup>. (Indicar a referência completa em nota de rodapé).

**c) Notas de rodapé:** sempre que possível deverão ser evitadas. Quando forem explicativas deve-se optar pelo sistema autor-data para as citações.

**d) Tabelas, quadros e figuras:** devem ser apresentados o mais próximo possível do texto a que se referem, numerados consecutivamente com algarismos arábicos, na ordem em que foram citados no texto. A cada um deve-se atribuir um título breve. No caso de fotografias, essas deverão ser escaneadas e gravadas em disquete no formato TIF.

**e) Abreviaturas e siglas:** deve ser utilizada a forma padrão. Quando necessário devem ser precedidas do nome completo quando citadas pela primeira vez; quando aparecerem nas tabelas e nas figuras devem ser acompanhadas de explicação quando seu significado não for amplamente conhecido. Não devem ser utilizadas no título e no resumo e seu uso no texto deve ser limitado.

**Envio de correspondência para:**

CEFET CAMPOS

Revista Vértices

A/c do Editor Chefe

Rua Dr. Siqueira, 273 – Parque Dom Bosco

Campos dos Goytacazes – RJ – Brasil

CEP: 28030-130

[www.cefetcampos.br](http://www.cefetcampos.br)

E-mail: [vertices@cefetcampos.br](mailto:vertices@cefetcampos.br)

*produtiva entre os países avançados e os países de industrialização recente, baseada em uma reformulação das políticas do FMI e do GATT (Silva, 2001. p.35).*

Uma Segunda alternativa à crise seria a “*Estratégia de Especialização Flexível*”. Neste caso,

*[...] o novo padrão econômico reestruturar-se-ia pelo surgimento de formas ou arranjos flexíveis, tais como: as formas artesanais de produção através de redes de empresas de equipamentos flexíveis e trabalhadores qualificados, fundamentados na inovação e nos princípios de cooperação, qualidade, flexibilidade, e unidade entre planejamento e execução (idem).*

Na análise desenvolvida por Piore e Sabel, o novo mercado apresenta um declínio da produção em massa determinado por uma situação de saturação do consumo. O novo mercado se caracterizaria por uma demanda mais fragmentada e exigente quanto à qualidade, mais do que com baixos preços. Esta nova configuração favoreceria o estabelecimento de redes de empresas dinâmicas que possam beneficiar-se das oportunidades que oferecem as tecnologias flexíveis para produzir bens adaptados ao cliente, criando pois, nichos de mercados diferenciados. Nestas condições, delineia-se um novo perfil de trabalhador, que precisa demonstrar novas habilidades, entre elas a de saber cooperar e, junto ao novo trabalhador, surge um novo tipo de emprego em que os trabalhadores não podem esperar uma relação de longo prazo com o empregador. Neste aspecto, esta corrente teórica aproxima-se do pensamento e práticas neoliberais quando advoga relações de trabalho mais flexíveis como garantia da flexibilidade do processo produtivo (Toledo, 2000; Silva, 2000; Druck, 2001; Piore & Sabel, 1984).

Os Neo-smithianos defendem que as pequenas e médias empresas teriam melhores condições competitivas diante das grandes empresas, considerando-se a configuração atual do mercado de consumo. Este estaria exigindo na atualidade produtos diferenciados e de melhor qualidade em contraponto com o estágio anterior de desenvolvimento capitalista voltado para um consumo de produtos padronizados. Desta forma, as pequenas e médias empresas teriam maior mobilidade para a reconversão de sua produção, em atendimento à imprevisibilidade da demanda por produtos, do que a estrutura “pesada”, de base fordista das grandes empresas. A capacidade de produzir lotes variados e de qualidade, utilizando-se

tecnologias reprogramáveis de base microeletrônica e com trabalhadores qualificados e polivalentes, daria vantagens competitivas em relação à produção em série e em larga escala das grandes empresas (Toledo, 2000; Piore & Sabel, 1984).

Toledo (2000, p.721) aponta algumas críticas a esta corrente teórica:

- a conclusão generalista de que as pequenas e médias empresas possuem um poder competitivo maior que as grandes empresas, ainda carece de comprovação empírica<sup>4</sup>;
- não há evidências suficientes de que a produção em massa tende a desaparecer;
- a economia internacional não pode ficar apenas na dependência da produção de pequenos lotes, uma vez que este tipo de produção atende fundamentalmente a uma pequena parcela da população, os setores médios e altos;
- a perspectiva da especialização flexível não resolve o problema do crescimento da demanda agregada;
- a produção em pequenos lotes se utiliza da produção em massa de certos componentes;
- êxito da produção flexível está na subordinação das pequenas e médias empresas em relação às grandes empresas que as subcontratam. As pequenas e médias empresas subcontratadas, em geral, empregam trabalhadores em piores condições que as grandes empresas.

## **VERTENTE CULTURALISTA**

Uma outra vertente que procura explicar as transformações atuais do sistema capitalista tenta fazê-lo sob a égide da cultura. Esta vertente culturalista surge na década de 70 em oposição ao determinismo tecnológico e tem em Duncan Gallie (1978)<sup>5</sup> um de seus principais mentores. A cultura era percebida por Gallie e demais adeptos desta vertente como determinante dos padrões de uso da tecnologia, organização do trabalho e estratégia de gerenciamento. Suas conclusões basearam-se em estudos de caso sobre refinarias de petróleo na França e na Inglaterra. Gallie afirma, a partir de suas pesquisas, que a “natureza das interações sociais na empresa é determinada pelos padrões estruturais sociais e culturais mais amplos de

sociedades específicas”(Silva, 1991, p.16). De acordo com esse analista, a tecnologia não é uma variável importante no sistema de relações industriais dominante em determinada sociedade. O uso da tecnologia avançada ou tradicional não interfere no grau de integração social da força de trabalho ou, inversamente, com o desenvolvimento de uma consciência revolucionária. Enfatiza que aquilo que ocorre dentro de um setor altamente automatizado poderia ocorrer em qualquer outro setor. Por este entendimento haveria uma grande dificuldade de transposição de um novo modelo produtivo e de organização do trabalho de uma base cultural para outra absolutamente diversa (Zilbovicius, 1997).

Para se contrapor à corrente do determinismo tecnológico, Gallie procura subterfúgios como forma de desqualificar a importância da tecnologia na conformação de novos padrões produtivos ou de relações de produção. A análise de Silva (1991) a esse respeito aponta algumas contradições nas conclusões de Gallie:

*Contradizendo sua hipótese de que há um padrão similar de relações industriais nos quatro estudos de caso, Gallie encontra diferenças nas estruturas salariais, na organização do trabalho, nos sistemas de controle e nas estruturas gerencial e sindical (Silva, 1991, p.17).*

No entanto, apesar das falhas nas análises de base culturalista, seus estudos contribuíram para o reconhecimento da cultura como fator a ser considerado para o entendimento das diferentes conformações da estrutura de produção e da própria sociedade.

As três vertentes, sucintamente analisadas, no início deste artigo, têm em comum o determinismo, seja o do mercado, o da tecnologia ou o da cultura. A vertente tecnológica subordina o desenvolvimento da sociedade a todo e qualquer movimento da estrutura técnico-econômica; os defensores do mercado, como determinante das transformações sistêmicas do capitalismo, são rotulados pelos críticos de ingênuos, ao demonstrarem a crença da ampla possibilidade de retorno do paradigma industrial do artesanato. Os culturalistas são criticados ao supervalorizarem os aspectos culturais como agentes de transformação ignorando a interação com outros fatores igualmente importantes como a tecnologia, o papel do Estado e outros.

Uma abordagem que melhor esclarece como as várias dimensões de análise estão integradas e relacionadas a amplas estruturas sociais é fornecida pelo enfoque recente dos estudos da *regulação*. A Escola Francesa da Regulação surge na década de 1970 e, entre os seus principais teóricos, destacamos: Michel Aglietta, Alain Lipietz, Robert Boyer e Benjamin Coriat. Esta vertente incorporou um largo espectro de abordagens que variam dos focos econômicos e sociais às análises nacionais e internacionais. Rompe-se, assim, com as visões deterministas, quer sejam tecnológicas, culturalistas ou da supremacia do mercado.

## **A ESCOLA FRANCESA DA REGULAÇÃO**

A Escola da Regulação coloca-se como uma alternativa de análise das atuais transformações do sistema capitalista rompendo com as análises deterministas de base tecnológica, cultural ou econômica. Os regulacionistas procuram, em sua abordagem, explicar como as várias dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais estão integradas historicamente, atuando de acordo com suas particularidades nacionais na diferenciação dos processos de transformação nas formas de acumulação capitalista. Trazem, para um plano privilegiado, a influência das “instituições” como reguladoras de uma forma de acumulação específica.

Os regulacionistas assumem uma postura crítica diante da hegemonia atual da Teoria Neoclássica com a expansão dos princípios e práticas neoliberais, e também, criticam algumas posições da ortodoxia marxista, principalmente a idéia de que Marx teria estabelecido as “leis que regiam a dinâmica longa do capitalismo”. Suas críticas à ortodoxia marxista não desmerecem ou se afastam do marxismo. Procuram fazer uma releitura de Marx apropriando-se, por exemplo, de sua ênfase nos “estudos das relações sociais como ponto de partida para uma análise das sociedades” (Boyer, 1990, p.35).

Em Silva (1991), estão relacionadas três características fundamentais da Teoria da Regulação:

- a) a possibilidade de tratar variáveis econômicas, sociais e políticas como igualmente relevantes;
- b) uma análise baseada numa perspectiva histórica;

c) a possibilidade de análise de padrões nacionais enfocando suas singularidades.

Podemos complementar a identificação dos aspectos centrais do pensamento regulacionista através das análises realizadas por Harvey (1992, p.118), particularmente, quando afirma que [a] virtude do pensamento da “escola da regulamentação” está no fato de insistir que levemos em conta o conjunto total de relações e arranjos que contribuem para a estabilização do crescimento do produto e da distribuição agregada de renda e de consumo num período histórico e num lugar particulares.

Harvey (1992) analisa o quadro de transformações que vem ocorrendo nas últimas décadas e as mudanças operadas dentro do sistema capitalista de produção. As transformações atuais estariam configurando a passagem do fordismo para o que o autor chama de “acumulação flexível”. Esta análise tem como pressuposto mudanças no interior do fordismo e não a sua total superação, portanto, trata-se de um neofordismo<sup>6</sup>.

O sistema capitalista de produção apresenta-se como uma sucessão de fases, estando cada uma destas fases caracterizada por um regime de acumulação e um modo específico de regulação. Um regime de acumulação “descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados” (Harvey, 1992:117). O modo de regulação diz respeito a uma série de regulamentos, normas, hábitos, leis etc., capazes de estabilizar o regime de acumulação, assegurando uma certa adequação entre a transformação das condições de produção e as condições de consumo, ou seja, da reprodução de assalariados (Silva, 2001). Harvey chama a atenção para duas áreas de dificuldades que precisam ser negociadas para que o sistema capitalista permaneça viável, a saber: as qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços e a necessidade de se estabelecer um certo controle sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição de valor na produção.

Em relação aos mercados, torna-se necessária alguma forma de regulação e intervenção estatal ou por outras instituições, uma vez que o mercado por si mesmo não consegue garantir um crescimento estável do sistema capitalista. Importa evitar as formas abusivas do poder do mercado

quando da formação de monopólios, fornecer bens coletivos que não podem ser produzidos e/ou vendidos pelo mercado e impedir as falhas descontroladas decorrentes de surtos especulativos. As diversas formas de intervenção regulatória moldam a trajetória e a forma de desenvolvimento do sistema capitalista, dando características próprias aos modos de consumo e estilos de vida em cada uma de suas fases.

Uma outra dificuldade apontada por Harvey, diz respeito à conquista do consentimento do trabalhador em disponibilizar a sua força de trabalho para ser apropriada pelos capitalistas para uma produção que não lhes pertence. O trabalho realizado com o propósito de acumulação do capital e sua apropriação pelo capitalista requer disciplina que é obtida através do *controle do trabalho*. O controle do trabalho envolve:

*[...] alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho (Harvey, 1992, p.119).*

Analisamos alguns aspectos importantes para a identificação e compreensão de um paradigma produtivo e os mecanismos geradores de sua superação por um novo modelo de produção capaz de reordenar a sociedade como um todo. Esta reordenação social ocorre em consequência do processo de inter-relação constante entre a implementação de novas tecnologias, novas concepções de produção e gestão do trabalho que vão transformando a capacidade e forma de produção de bens e serviços, provocando alterações nas relações sociais, nas instituições, nos valores,

na estética etc.. Da mesma forma, o ambiente histórico-cultural molda, impõe limites e sugere adaptações e transformações constantes ao novo modelo produtivo que se cria e/ou recria neste contexto. Trata-se de uma relação simbiótica e de intensa capacidade de mutação ou recriação. Um paradigma produtivo não se limita apenas aos espaços da produção, mas depende da construção de novas relações sociais, novos padrões de consumo e de valores que possam sustentá-lo e legitimá-lo. Portanto novas institucionalidades são necessárias para a supressão de um velho paradigma e a eclosão de um novo modelo produtivo.

Cada um dos modelos de produção (ex. Fordismo e Toyotismo) respondeu, em tempos e espaços diferenciados, à crise econômica interna de seus países de origem (EUA e Japão). É na busca de soluções aos períodos de crise sistêmica do capitalismo que novos modelos produtivos são introduzidos e difundidos para além de seus ambientes de origem. Isso não significa dizer que um modelo produtivo sucede ao outro, em sua forma “pura”, inexoravelmente. Não se trata aqui de uma leitura etapista dos paradigmas produtivos gestados sob o sistema capitalista de produção. A introdução de um novo paradigma produtivo se faz, em geral, através de um processo de adaptação/recriação<sup>7</sup> – considerando-se as condições culturais, econômicas, sociais e político-institucionais – além de não significar, necessariamente, o abandono total de práticas do paradigma que operava anteriormente. É comum encontrarmos formas híbridas de produção, nas quais estão presentes elementos de dois ou mais modelos produtivos no interior de um país, de um setor da produção e de uma empresa em particular.

Se considerarmos o Toyotismo, enquanto modelo produtivo, como fora estruturado em seu país de origem – o Japão –, identificaremos uma organização que se reveste de um caráter “virtuoso” em relação às necessidades da empresa e suas conseqüências para o trabalhador. Coriat<sup>8</sup> (1993) expõe um quadro demonstrativo do “círculo virtuoso” do modelo de produção flexível japonês em que a introdução e a difusão de tecnologias de base microeletrônica, associadas às inovações organizacionais de tipo Just in Time, configuram um processo sistêmico de transformações da estrutura da produção capaz de garantir à empresa ganhos de produtividade, flexibilidade, competitividade, qualidade e diversificação de produtos.

Por outro lado, para garantir a funcionalidade do novo sistema, é necessário alterar o perfil do trabalhador e de suas relações de trabalho no

processo de produção. O perfil taylorista-fordista de trabalhador especializado numa única tarefa predeterminada, trabalho individualizado, submissão a uma rígida hierarquia de funções, em geral exigindo pequena ou nenhuma qualificação prévia e caracterizado pela insegurança quanto à permanência no emprego, é substituído, no modelo de produção flexível, por um perfil de trabalhador qualificado, polivalente e plurifuncional, com “espírito” de iniciativa e de trabalho em grupo e comprometido com as metas de eficiência e qualidade exigidas pela empresa.

Além do “enriquecimento” do trabalho executado como consequência da agregação de funções e responsabilidades sobre o trabalhador, acrescenta-se a estabilidade no emprego, ganhos salariais mediante tempo de serviço (salário por antigüidade), dispositivos de prêmios e bonificações individualizados e ascensão funcional. Os investimentos empresariais para a formação de um quadro de trabalhadores qualificados, habilidosos e competentes para executar as funções exigidas pela nova configuração produtiva, levam a empresa a preocupar-se com a manutenção destes trabalhadores em seus quadros. Dessa forma, o trabalho passa a ser visto como um investimento que precisa ser preservado e não mais como um custo que pode ser suprimido ou substituído a qualquer momento.

Precavendo-se da instabilidade dos mercados, quer em função das crises que possam afetar momentaneamente a capacidade de consumo e produção, ou mesmo, pela nova característica do perfil dos consumidores, cada vez mais exigentes quanto à qualidade e diversidade de produtos, a estrutura do paradigma de “produção flexível” é constituída por uma rede de empresas terceirizadas ou subcontratadas, interligadas e vinculadas a uma empresa principal que contrata os seus serviços para a elaboração de um produto final. Embora a terceirização não seja uma característica nova ou uma criação exclusiva do modelo japonês, o sistema Toyota, em seu ambiente de origem, deu a essa estratégia de formação de cadeia produtiva uma configuração que “contagia” as empresas subcontratadas dos elementos que compõem o “círculo virtuoso” da produção flexível descrito anteriormente. Coriat (1993, p.102-103) identifica as principais características dessas relações, a saber:

- A relação de subcontratação é uma relação de longo prazo cuja duração está determinada pelo ciclo de vida dos produtos;
- É uma relação institucionalizada e hierarquizada;

- É uma relação contratualizada, objeto de procedimentos particulares;
- Finalmente, é uma relação que favorece e “internaliza” a inovação.

No entanto, Coriat reconhece alguns fatores desvantajosos para as empresas subcontratadas ao observar que:

*[...] no Japão como em outras partes, é freqüente que as grandes empresas se esforcem por reduzir seus investimentos em capital fixo, subcontratando algumas atividades com pequenas e médias empresas. Assim como, esforçam-se por tirar partido da diferença de nível de salários entre elas e as pequenas empresas, para reduzir o custo de seus abastecimentos em unidades elementares e componentes de todo tipo. Finalmente, não é raro que se esforcem por utilizar as suas subcontratadas como “amortizadores”, tentando fazer recair sobre elas as conseqüências das flutuações conjunturais (Coriat, 1993, p.100).*

Essas análises não são definitivas, porém nos fornecem importantes elementos para uma interpretação das transformações do mundo capitalista contemporâneo, principalmente daquelas vinculadas às relações industriais e do trabalho. O estágio atual das pesquisas e a observação da dinâmica do sistema apontam para o desenvolvimento de um novo padrão da organização produtiva e societal.

## **BIBLIOGRAFIA**

- BOYER, Robert. A teoria da regulação: uma análise crítica. SP: Nobel, 1990.
- CORIAT, B. Pensar al revés: Trabajo y organización en la empresa japonesa. México: Siglo XXI Editores, 1993.
- CROZIER, Michael. The bureaucratic phenomenon. London: Tavistock Publications, 1964.
- DRUCK, Maria da Graça. Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico. SP: Boitempo Editorial, 2001.

- GITAHY, Leda. **Na direção de um novo paradigma de organização industrial?** Trabalho apresentado ao XVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. (mimeo.), 1992.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. SP: Edições Loyola, 1992.
- PIORE, Michael & SABEL, Charles, F. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1984.
- SILVA, Elizabeth Bortolaia. **Refazendo a fábrica fordista: contrastes da indústria automobilística no Brasil e na Grã-Bretanha**. SP: Hucitec, 1991.
- SILVA, Luís Antônio Cardoso da. **Após fordismo e participação: reestruturação produtiva e a nova racionalização do trabalho na indústria automobilística brasileira**. Tese de Doutorado defendida pela COOPE/UFRJ, fevereiro, 2001.
- TOLEDO, Enrique de La Garza (coord.) **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo**. México: El Colegio de México/ Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales/ Universidade Autónoma Metropolitana/ Fondo de Cultura Económica, 2000.
- TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. SP: Atlas, 7ª ed, 1970.
- WOODWARD, Joan F. **Management and technology**. London: HMSO, 1958.
- \_\_\_\_\_. **Industrial organization: theory and practice**. Oxford: Oxford University Press, 1965.
- ZAWISLAK, Philippe. **El modelo de la competencia y sus consecuencias sobre el trabajo y los oficios profesionales**. El modelo de la competencia y los modelos productivos. CIENTERFOR-OIT, Montevideo, 1999.

## NOTAS

\* Os apontamentos teóricos deste artigo são parte integrante da minha dissertação de mestrado, defendida no IUPERJ em julho de 2002, com o título: "A Reestruturação Produtiva da Indústria Brasileira na Década de 1990: Uma Análise dos Setores Têxtil, Calçadista e Automobilístico".

<sup>1</sup> Estas referências foram extraídas de Silva (1991).

<sup>2</sup> “Os chamados ciclos de Kondratieff referem-se aos longos ciclos econômicos, ou ciclos seculares, de 40 a 60 anos, de variação (ascensão e declínio) da atividade econômica. Seu nome está associado ao seu criador, o economista e estatístico russo Nikolai Dmitrievitch Kondratieff (1892-1930). [...] De um modo geral, a maioria absoluta dos autores em economia admite a existência de três ciclos de Kondratieff no período que vai de 1790 até a Segunda Guerra Mundial, no século XX.” (Silva, 2000, p.29). O quarto ciclo Kondratieff está associado à emergência da produção em massa, pela utilização de tecnologias eletromecânicas e pela utilização do petróleo e seus derivados como fonte de energia básica. A época atual estaria dentro de um novo ciclo, o quinto ciclo Kondratieff, caracterizado pelo paradigma da tecnologia da informação de base microeletrônica (Silva, 2000).

<sup>3</sup> Neste ponto esta vertente aproxima-se da Escola Francesa da Regulação.

<sup>4</sup> Segundo Druck (2001) as conclusões de Piore e Sabel estão assentadas em pesquisas empíricas realizadas na Alemanha Ocidental, no Japão e na denominada “Terceira Itália”. As pesquisas foram desenvolvidas junto aos setores industriais ceramista, calçadista, de motocicletas, autopeças e máquinas agrícolas. É provável que a observação de Toledo (2000) signifique que ele não vê as pesquisas realizadas, como suficientes, para legitimar as conclusões dos teóricos da Especialização Flexível. Ver também em Druck (2001) a abordagem de uma crítica à Piore e Sabel realizada por Schmitz que elabora uma nova proposta de “especialização flexível”.

<sup>5</sup> Citado por Silva (1991).

<sup>6</sup> Diferentemente de Harvey e outros regulacionistas como Coriat (1993), uma outra linha de análise apresenta como pós-fordistas as atuais configurações do mundo contemporâneo. Dentre os defensores da vertente pós-fordista, encontram-se Martin Kenney e Richard Florida (1988), André Sayer (1986) e David Friedman (1983), citados em Silva (1991).

<sup>7</sup> Sobre esta temática, conferir em Gitahy (1992).

<sup>8</sup> Coriat (1993) realiza um importante histórico da estruturação do modelo Toyota de produção, analisa as características fundamentais deste paradigma produtivo e discute as implicações da transferibilidade do mesmo para outros ambientes.